

Dezembro 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 BPC leva crédito a áreas recônditas	1
1.2 Economistas contradizem-se sobre o sentido económico e político das inaugurações do PR	1
1.3 Zungueiros, engraxadores, cobradores de taxi, lavadores de carros e roboteiros; Uma cooperativa em desenvolvimento	2
2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES	3
2.1 CNE advoga processo eleitoral livre e transparente	3
2.2 MPLA augura maior transparência governativa em 2006	3
2.3 OGE vai a aprovação final	3
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	4
3.1 Situação em Angola pior dos países lusófonos	4
3.2 Louvados esforços em busca de uma educação melhor	5
3.3 Exxon de olho nas meninas	5
3.4 Cruz Vermelha forma jovens em artes e ofícios	6
4 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	6
4.1 Disputa de terra termina em morte	6
4.2 Roberto de Almeida toma conhecimento de esbulhos de terra e demolições	6
4.3 Camponeses perdem as terras em nome de um hospital fantasma	7
5 SERVIÇOS BÁSICOS	8
5.1 Mais água para Benguela em 2006	8
5.2 Aprovados projectos para abastecer água à cidade de Benguela	8
5.3 Inaugurados cinco chafarizes na Maianga	9
6 PAZ E CIDADANIA	9
6.1 Desarmamento de civis divide oposição e governo	9
6.2 Care Internacional investe USD 1,7 milhão em projectos sócias	10
6.3 Levantamento sobre direitos humanos	10
6.4 Mais de 20 ONG operam ilegalmente	11
6.5 Defendido programa de educação cívica eleitoral	11
2 Mercado Informal e Microfinanças	13
2.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	13
2.2 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	13
3 Governação e Descentra-lização	14
3.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	14
4 Eleições e Educação Cívica	15
4.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	15
5 Educação, Juventude e Criança	16
5.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	16
6 Terra, Habitação e Urbanização	17
6.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	17
7 Serviços Básicos	18
7.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	18
8 Paz e Reconciliação	19
8.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)	19

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 BPC leva crédito a áreas recônditas

Semanário Angolense...17-12-05

Depois de ter assinado com o INAPEM e o FDES um acordo tripartido para a concessão de microcrédito num valor global equivalente a dez milhões de dólares, o BPC tem-se estado a desdobrar para ir ao encontro dos beneficiários, encontrando-os nos seus locais de trabalho e habitação para lhes atribuir empréstimos considerados vantajosos no mercado angolano.

Na quinta-feira, 15, o presidente do Conselho de Administração do BPC, acompanhado por uma equipa de executivos e especialistas do banco, foi à recôndita localidade do Pinda, no município do Tômbwa, província do Namibe, concluir acordos e conceder financiamentos a habitantes locais.

Quarenta e duas pessoas foram abrangidas pelo programa, representando as áreas das principais actividades desenvolvidas na localidade, entre professores, enfermeiros e camponeses.

Quinze professores e 12 enfermeiros receberam, cada um deles, empréstimos situados entre os dois mil e 500 e os três mil e 500 dólares, enquanto cada integrante de dois grupos solidários de um total de 15 camponeses, recebeu um valor de mil e 500 dólares americanos. A operação totalizou um valor próximo dos 100 mil dólares americanos.

Os financiamentos destinam-se ao consumo, no caso dos professores e enfermeiros, e à produção, no caso dos camponeses, sendo concedidos por um período de 18 meses, com juros de oito por cento ao ano.

1.2 Economistas contradizem-se sobre o sentido económico e político das inaugurações do PR

Cruzeiro do sul... 03-12-05

A Dra. Laurinda Hoygaard, por sua vez, considera as inaugurações um sinal positivo, pois, segundo afirma, vão marcar o início da diversificação da economia nacional e uma aposta séria na área social. "Urge acabar com a dependência do petróleo e criar um forte capital humano. Os empreendimentos que o Presidente da República está a inaugurar dão-nos esta esperança", defende a ex-reitora da Universidade Agostinho Neto

(UAN).

"Não há nas inaugurações nada de surpreendente", rebate Filomeno Vieira Lopes. Segundo ele, tudo o que tinha sido destruído durante a guerra, no sector petrolífero, já foi reconstruído e inaugurado há muitos anos, mas o sector social, que foi mais destruído pelo conflito armado, continua carenciado de investimentos. Lago de Carvalho, outro economista, entende que o simples facto de Eduardo dos Santos inaugurar empreendimento revela o estado e o ritmo de crescimento da economia angolana. "Angola é uma economia com quatro ou cinco projectos financiados pelo Estado. Não é dinâmica. Por isso o Presidente tem tempo para inaugurar todos os empreendimentos que surgirem", explica.

E quando é que este quadro poderá mudar?

"O Presidente não terá tempo para inaugurações", responde o economista, "quando o país for uma economia não-petrolífera sólida com cem, duzentos, trezentos projectos de preferência de iniciativa privada". A economia angolana é excessivamente concentrada no sector extrativo e o funcionamento da empresa de lapidação de diamantes, como a inauguração mais sonante no quadro das comemorações dos 30 anos de independência, reforçou esta tendência. O petróleo, ainda por cima, vai continuar a registar os maiores índices de crescimento nos próximos tempos. Lago de Carvalho e Filomeno Vieira Lopes são unânimes em que não há sinais de que a nossa economia possa diversificar-se no curto prazo.

Para o Dr. Filomeno, a desindustrialização de Angola ocorreu num ritmo muito acelerado e deve ser das mais altas do mundo. Só por isso, seria natural que a sua recuperação ocorresse, também, num ritmo célere. Isso não está a acontecer porque, para tal, o Governo teria de investir muito mais do que tem feito. Do ponto de vista político a análise continua a ser do Dr. Filomeno Vieira Lopes, com as inaugurações o Governo pretende passar a mensagem de que agora, em tempo de paz, está a aplicar o dinheiro público na reconstrução nacional. "Mantenho a crítica de que, mesmo no tempo da guerra, podia fazer-se muito mais, por exemplo, na agricultura, nas pescas e no comércio. Podia investir-se mais no sector social, mas foi tudo protelado e, agora, o que está a ser feito é muito pouco em relação às necessidades básicas".

Referindo-se ao Aldeia Nova, projecto agroindustrial que está a ser desenvolvido no município do Wako Kungo, província do Kwanza Sul, Lago de Carvalho manifestou-se animado com a sua inauguração, quinta-feira, 01 de Dezembro, mas lamenta o facto de as

informações do projecto não circularem nos meios públicos. Lembra que o Governo disponibilizou milhões de dólares para uma empresa israelita o implementar, mas, no essencial, quase todos os angolanos desconhecem o projecto. "Sinto muito, mas confesso que, pessoalmente, não estou informado sobre o Aldeia Nova".

1.3 Zungueiros, engraxadores, cobradores de taxi, lavadores de carros e roboteiros; Uma cooperativa em desenvolvimento

Terra angolana... Dezembro

O recrudescer da guerra no interior do país, na década de oitenta e meados de noventa agravada com as assimetrias económicas resultantes da governação discriminatória, provocou o êxodo da população do interior para as zonas do litoral, maioritariamente para Luanda.

Estes migratórios, surgimento de profissões e de movimentos provocou o surgimento de novas classes sociais se destacam zungueiros, lavadores de carros, roboteiros, engraxadores, e cobradores de táxis. Estas classes constituídas maioritariamente por Jovens infelizmente, depois dos Lambas (nome atribuído aos bandidos) são os alvos predilectos da polícia nacional e dos fiscais dos governos provinciais, o invés de encorajar aqueles que pretendem trabalhar através de programas de impacto concreto, as autoridades preferem optar pelo chicote, não se sabendo no entanto, que políticas a seguir para acabar com a pobreza e o desemprego. A maioria não possui instrução académica que lhes permita ter acesso a formação nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino. Por isso optaram por fazer trabalhos que mais se adequam a sua condição. Do exercício destas profissões, resultou uma espécie de solidariedade cujos laços se aproximam ao de uma cooperativa. Por exemplo, na avenida dos combatentes, no bairro Comandante valódia, pode-se assistir a forma como esta cooperativa funciona.

O dia de trabalho começa muito cedo para todos eles, por volta das cinco horas de madrugada. Os lavadores de carros com clientes permanentes, não precisam esperar que estes acordem e dêem ordens. Lavam os carros, de maneiras que quando estes acordam já encontram os carros limpos e preparados. Os zungueiros, fornecem aos lavadores sabão e detergentes, por isso também chegam cedo. Além disso, outro grupo, normalmente constituído de raparigas, fornece motorolas (sandes de fiambre ou de frango frito ou ainda mista), quer aos lavadores como

aos zungueiros e aos engraxadores, bem como aos cobradores de táxi e aos vendedores de refrigerantes da coca cola para seu pequeno almoço.

Com excepção dos cobradores, os outros efectuem o pagamento depois. Porque só recebem o dinheiro após a chegada do patrão itinerante ao acordar e efectuar a respectiva

remuneração. O seu estado de dirigentes, os tornou solidários, ao ponto de cooperarem entre si perfeitamente. Os valores que ganham não são muitos, mas permitem manter a vida, conforme confidenciou a este jornal Eurico Januário, natural de Mussende província do K. Sul. Segundo ele, a lavagem de cada carro fica a 400 kwanzas. Por dia chega a lavar quatro a cinco viaturas, o que lhe permite tirar uma gasosa nacional a 50 Kz e uma motorola a 200Kz. Restam sempre trocos que chegam para fazer algumas economias para comprar cigarros e roupas usadas e calçados de fardo e ainda para mandar para a família lá na província de origem. Quando chegou de mussende, o seu sonho era ser motorista de Hiáce, mas não conseguiu reunir valores tirar as cartas de para condução.

O sonho não se esfumou. Embora seus parentes vivam na estalagem, prefere morar em baixo de prédios, na avenida dos Combatentes, porque aí já possui clientes permanentes. " aqui já temos os nossos patrões". Depois de lavar, temos a certeza de que vamos receber o dinheiro" assegurou para depois rematar: "não há mal que dure. O importante é não pararmos. Vamos conseguir, porque estamos a lutar." Já para Sofia Josefina Nzola, natural de Kimbele província do Uige, a situação mostra-se completamente diferente. Veio de sua terra com uma tia, mas depois cruzou com um jovem do Lubango que lhe prometeu em casamento. Infelizmente este, depois de saber que ela estava concebida, desapareceu. A tia expulsou-a de casa. Graças a uma amiga que lhe emprestou algum dinheiro com que começou o negócio de vender sandes. Todavia assegura que "a situação agora está boa. Alugamos um quarto no bairro da Boa Fé próximo da cadeia de Viana e durante o dia vendemos as nossas mercadorias.

A tardinha apanhamos o autocarro de Viana e não há problemas" apesar de sua voz áspera, Nzola espera o dia em que o pai da sua filha venha e Juntos possam construir a vida. Destas andanças, um engraxador de sapatos, faz em media 700Kz a 800Kz por dia, mas como usualmente também vende cigarros e rebuçados, a safra pode atingir os 1500Kz ao passo que a vendedora de sandes, faz aproximadamente 1200Kz, quando tudo corre bem, para os engraxadores, a

situação torna-se mais fácil para aqueles que possuem clientes permanentes. Tal é a situação dos que trabalham e quartéis. Podem fazer um pouco mais.

Em conversa com estes jovens, chega-se a conclusão de que as políticas do Estado para a Juventude precisam de ser reformuladas, para que haja integração de facto e que aqueles que mais precisam do apoio efectivo tenham acesso a ele. Os micro-créditos, os apoios a pequenas iniciativas familiares, devem ser suficientemente divulgados, para que estes, os principais alvos, tenham conhecimento das condições de acesso.

2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES

2.1 CNE advoga processo eleitoral livre e transparente

Angop...16-12-05

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Caetano de Sousa, disse hoje, em Luanda, que este órgão trabalha de forma organizada e funcional para tornar o processo eleitoral transparente, livre e justo, aberto à fiscalidade, de todo o sistema, aos partidos políticos, à sociedade civil e outros observadores.

O também juiz falava na abertura do seminário nacional sobre Organização do Processo Eleitoral, a decorrer nesta capital até sábado e dirigido a membros das Comissões Provinciais Eleitorais. Realçou que a observância das directivas e orientações metodológica da CNE são imperativos para que se atinja aquele desiderato, pelo que trabalha-se nos regulamentos para os órgãos provinciais e municipais. Para Caetano de Sousa a assunção do Estado democrático de direito implica o exercício da tolerância, da convivência de opinião plural e da diferença, cabendo a CNE, enquanto órgão, a tarefa de desenvolver as condições sociais e organizacionais para tornar realizável a democracia e viável o sufrágio universal periódico.

Advogou que a condução do processo eleitoral exige postura isenta, imparcial e independente, um ambiente de confiança e de aceitação das forças políticas e sociais, acrescentando que a instituição pretende um processo participativo, no qual os partidos políticos e os cidadãos têm direito a igualdade de tratamento.

Quanto ao registo eleitoral, esclareceu ser uma tarefa a desenvolver pelo Governo, cabendo a Comissão Nacional Eleitoral a supervisão e aprovação do programa de registo eleitoral, para o que a CNE tem

mantido encontros com a Comissão Inter-Ministerial para o Processo de Paz. Serão abordados temas como «Relacionamento da CNE e os Partidos Políticos», «Sociedade Civil e a Comunicação Social», «a Observação Eleitoral e o Papel das Comissões Provinciais», «o Registo Eleitoral e a sua Supervisão», «as Comissões Provinciais e o Contencioso Eleitoral», entre outros.

Assistiram à sessão de abertura o presidente do Tribunal Supremo, Cristiano André, o procurador-geral da República, Augusto Carneiro, deputados, governantes, membros do corpo diplomático acreditado em Angola, representantes de filiações políticas e da sociedade civil.

2.2 MPLA augura maior transparência governativa em 2006

Angop...14-12-05

O líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, disse na Assembleia Nacional que o ano de 2006 deve dar mostras de um aperfeiçoamento decisivo dos mecanismos para uma gestão governativa transparente.

O deputado apontou o aperfeiçoamento da aplicação dos mecanismos de reforço da transparência na gestão da coisa pública e a responsabilização dos gestores públicos por incumprimento ou defeito na realização de obras como as decisivas viragens do próximo ano. Bornito de Sousa, que falava durante a apreciação final, pelo Parlamento, do Orçamento Geral do Estado para 2006, indicou que a discussão abrangente, paciente e detalhada dos instrumentos políticos e financeiros constitui uma mais valia para o encontro de consensos nacionais.

O líder do grupo parlamentar do MPLA disse ainda apoiar a urgência atribuída pelo Parlamento à necessidade de regulamentação e aplicação das bolsas de estudo internas, por serem uma das formas eficientes para reduzir a pobreza e aumentar o emprego e o bem-estar dos cidadãos. A Assembleia Nacional aprovou, em definitivo, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2006, depois de um processo de discussão de cerca de um mês pelas comissões de especialidade.

O documento, aprovado por 107 votos a favor, nenhum contra e 57 abstenções, suscitou recomendações ao Governo no sentido de cumprir com alguns objectivos e não escapou, uma vez mais, a críticas da oposição.

2.3 OGE vai a aprovação final

A Assembleia Nacional reúne-se, na próxima terça-feira, em Luanda, para apreciação e votação final da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2006.

Em análise estará o relatório/parecer final elaborado pela Comissão de Economia e Finanças, que congrega, substancialmente, o conteúdo dos relatórios/pareceres das restantes oito Comissões da AN, emitidas durante a discussão do OGE, na especialidade. Segundo o porta-voz da Assembleia Nacional, Ventura de Azevedo, a sessão poderá envolver declarações políticas dos grupos parlamentares, seguindo-se o debate geral do relatório/parecer final e período de respostas do Governo. O OGE 2006 foi aprovado, na generalidade, em Novembro findo, comportando receitas estimadas em dois triliões, 176 biliões, 922 milhões, 260 mil e 474 Kwanzas.

A sessão de terça-feira vai ainda discutir a proposta de alteração do artigo 13 da Lei Orgânica do Estatuto Remuneratório dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público e irá proceder a eleição de membros para as Comissões Provinciais Eleitorais

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Situação em Angola pior dos países lusófonos

Folha 8...24-12-05

As condições da infância em Angola são as piores a nível dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com a morte de 195.000 crianças com menos de cinco anos em 2004.

Estes dados foram divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no relatório anual intitulado "A situação mundial da infância 2006: Excluídas e invisíveis".

Segundo esta agência das Nações Unidas, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em Angola mantém-se nos níveis de 1990 (260 por cada mil), tal como em São Tomé e Príncipe (18), enquanto em Cabo Verde diminuiu de 60 em 1990 para 36 em 2004, na Guiné-Bissau também houve uma redução de 253 para 203 e em Moçambique passou dos 235 para os 152.

O documento destaca que a taxa de mortalidade em

Angola é a segunda mais elevada do mundo entre menores de cinco anos. Só em 2004, morreram 195.000 crianças com menos de cinco anos, seguindo-se Moçambique com 117.000, muito longe da Guiné-Bissau (16.000) e de São Tomé e Cabo Verde (1.000 cada)

De acordo com a UNICEF, um quinto das crianças angolanas (22 por cento) estão envolvidas no trabalho infantil e apenas um terço (9 por cento) possuem registo de nascimento, factores que as torna "virtualmente invisíveis" para a sociedade. A esperança média de vida é também mais reduzida em Angola (41 anos) do que nos restantes países africanos, muito distante de Cabo Verde com 71 anos.

Em relação ao número de crianças infectadas com o vírus HIV/SIDA, a situação é mais grave em Moçambique com um número estimado de 99.000, enquanto em Angola é de 23.000. Os dados referentes aos restantes PALOP não estão disponíveis. Quanto aos órfãos devido a esta doença, há 470.000 em Moçambique e 110.000 em Angola.

A percentagem de partos assistidos por pessoal especializado é mais baixa na Guiné-Bissau (35 por cento), seguida de Angola (45 por cento), enquanto Cabo Verde aparece, mais uma vez, à frente dos restantes países africanos lusófonos, com 89 por cento. A Guiné-Bissau também regista os níveis mais elevados de trabalho infantil (crianças entre os cinco e os 14 anos) com uma taxa de 54 por cento, seguida de Angola com 22 por cento e de São Tomé com 14 por cento. Os dados relativos a Moçambique e a Cabo Verde não foram divulgados. A nível de áreas de maior investimento a nível de orçamento de Estado, todos os países apresentam mais despesas com Defesa do que com Educação ou saúde. Angola destinou, entre 1993 e 2004, 34 por cento para a Defesa e apenas 15 por cento para a Educação e seis por cento para a saúde

A taxa de inscrição de crianças, que lhes garante a identidade, é também mais reduzida em Angola, com apenas 29 por cento, na Guiné-Bissau é de 42 por cento e em São Tomé e Príncipe de 70 por cento, faltando os dados relativos a Moçambique e a Cabo Verde. A nível geral, a África subsaariana apresenta números preocupantes em relação à média mundial, com uma taxa de mortalidade infantil com menos de cinco anos de 171 por cada 1000 nascimentos, quando a média mundial é de 79. A esperança média de vida na África subsaariana é de 46 anos, contra os 67 a nível mundial.

Em relação ao número de crianças até aos 14 anos infectadas com HIV/SIDA, há 1,9 milhões, enquanto no resto do mundo são 2,1 milhões e o número de

órfãos devido à doença totaliza 12,1 milhões. A prevalência de trabalho infantil é de 36 por cento das crianças entre os cinco e os 14 anos, quando a média mundial é de 18 por cento (embora excluindo a China). Na África subsaariana, 45 por cento das pessoas vivem com menos de um dólar por dia contra os 21 por cento no resto do mundo. Uma em cada 16 mulheres subsaarianas corre o risco de morrer em consequência do parto, enquanto a média mundial é de uma em cada 74. O relatório da UNICEF divulgado refere que centenas de milhões de crianças de todo o mundo são vítimas de graves formas de exploração e discriminação, encontrando-se virtualmente invisíveis para a sociedade. O documento analisa a situação das crianças mais vulneráveis, cujos direitos são mais difíceis de proteger e se encontram muito longe do alcance das campanhas dedicadas ao desenvolvimento. Segundo a UNICEF, "se não lhes for prestada maior atenção, milhões de crianças continuarão esquecidas, prisioneiras de uma infância em que impera o abandono e os maus-tratos, o que pode ter consequências devastadoras para o seu bem estar a longo prazo e para o desenvolvimento dos países onde vivem".

O relatório salienta que as crianças que têm mais probabilidades de se tornarem 'invisíveis' são as que não possuem identidade oficial. O que acontece com mais de 50 milhões de crianças que nascem anualmente, e as que não recebem cuidados dos pais, especialmente órfãos e crianças de rua. Em risco de se tornarem esquecidas da sociedade estão também as crianças que desempenham funções próprias de adultos e as que são exploradas e privadas de educação e de serviços essenciais ao seu desenvolvimento.

"Os governos, as famílias e as comunidades devem mostrar-se mais activos para evitar que se produzam casos de abuso e exploração e para proteger as crianças que são vítimas de abuso", apela o UNICEF.

Nesse sentido, esta agência das Nações Unidas defende que "é preciso aplicar de maneira firme as leis que exigem responsabilidades aos infractores de crimes contra as crianças", frisando que "é necessário levar a tribunal atitudes, tradições e práticas que sejam perigosas para as crianças.

3.2 Louvados esforços em busca de uma educação melhor

Jornal de Angola...06-12-05

Os delegados da V reunião do Bureau do Comité Executivo do Instituto Panafricano para o Desenvolvimento da Educação (IPED) aprovaram domingo em Kinshasa (RDC) uma moção de apoio a

República de Angola, pelos esforços empreendidos nesse sector no continente berço.

Durante dois dias de acesos debates, os participantes ao encontro concluíram ainda que a União Africana deve accionar os mecanismos de persuasão e pressão junto dos Estados membros em relação a regularização das respectivas contribuições financeiras com a instituição. O referido encontro definiu igualmente as grandes orientações para o relançamento da organização, assim como preparou as grandes linhas de força da XIV sessão do seu comité executivo, a realizar-se em Janeiro próximo na sede da União Africana, em Addis Abeba. Entretanto, o ministro da Educação de Angola, António Burity da Silva, solicitou uma vez mais a entrega total de todos os membros da União Africana em prol do desenvolvimento da instituição, adiantando ser necessário que o IPED seja de facto o observatório da educação em África, com um programa educativo cuja avaliação e acompanhamento devem ser regulares.

Burity da Silva, que falava na qualidade de presidente do IPED, considerou este Instituto como o observatório da educação em África e um autêntico comité técnico especializado da União Africana que deverá estar de facto ao serviço do continente e colher o que é importante dos outros países do planeta de harmonia com os avanços da ciência. A dado passo da sua intervenção, o governante disse não ser possível haver desenvolvimento e cooperação entre os povos sem educação, recordando que é na educação onde reside a irmandade, a vivência e convivência na diversidade, respeitando as ideias dos outros.

Participaram da V reunião os titulares da pasta da educação de Angola, Congo Democrático, Congo Brazzaville e Sudão, todos na qualidade de membros do Bureau do Comité Executivo do Instituto Panafricano para o Desenvolvimento da Educação (IPED).

3.3 Exxon de olho nas meninas

RNA...18-12-05

A "Exxon Mobil", empresa petrolífera norte-americana, doou 100 mil dólares ao Unicef para apoiar educação primária de qualidade em crianças de sexo feminino em Angola. Uma nota distribuída em Luanda pelo Unicef, indica que os fundos disponibilizados irão permitir a implementação de uma pesquisa e um seminário nacional sobre educação de meninas em Angola. O programa insere-se no âmbito do reforço das acções com vista ao alcance da meta do desenvolvimento do milénio da "Educação para Todos" até ao ano 2015. A pesquisa será realizada através de três estudos, com particular incidência para a educação das meninas e

assuntos do género relacionados com este sector.

O Ministério da Educação é o coordenador de todo o processo, e vai também participar no trabalho de campo e na divulgação dos resultados.

3.4 Cruz Vermelha forma jovens em artes e ofícios

Jornal de Angola...15-12-05

Setenta jovens da província do Bié concluíram terça-feira última, no Kuito, um curso de formação técnico-profissional, ministrado pela Cruz Vermelha de Angola em parceria com a sua congénere da Espanha (CVE).

De acordo com Vicente Ruiz, coordenador da CVE, o curso teve a duração de seis meses e durante o período em referência os instruídos foram formados nas especialidades de corte e costura, carpintaria, alvenaria, serralharia, electrónica e culinária. No acto de encerramento foram entregues kits a todos os formados e de acordo com a especialidade. Vicente Ruiz declarou que a CVA e CVE já formaram, nos últimos três anos, 215 adolescentes em especialidades técnico-profissionais. Segundo Moisés Tchivemba, vice-governador para área produtiva, a formação de adolescentes menores de vinte anos de idade visa, sobretudo, garantir o acesso ao primeiro emprego, enquanto auto-sustentam-se a partir dos kits de trabalho que lhes foram atribuídos. Enquanto isso, Almeida Teca, director do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), disse que a instituição que dirige preconiza, para o próximo ano, a formação de mais quadros, visando o desenvolvimento do país, em geral, e da província, em particular.

4 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

4.1 Disputa de terra termina em morte

Angolense...10-12-05

Uma pessoa perdeu a vida e três outras ficaram feridas, na passada semana, na zona de Muxima Moxi, na comuna de Calumbo, no município de Viana na disputa de uma parcela de terra. Jeremias Carlos, 52 anos de idade, é uma dessas vítimas.

A acção é atribuída a um cidadão de nome Jorge, que reivindica um espaço vendido pelo seu pai há mais de

treze anos. A vítima comprou o terreno a um amigo de infância, Joaquim Gomes, por sinal pai do agressor. A reivindicação acontece numa altura em que o vendedor já não se encontra no mundo dos vivos. Jeremias não arredou o pé, recusou-se a devolver o terreno tendo apresentado uma declaração de compra e venda. Em resposta, Jorge, duvidando da autenticidade dos documentos ameaçou fazer justiça por mãos próprias. Em volta da discussão, apareceram algumas testemunhas que acompanharam o processo de venda do referido terreno, mas em nada valeu.

Segundo uma fonte familiar, Jorge alegou que o pai não informou a família que vendeu o terreno, pelo que suspeitava da documentação apresentada e deu um ultimato de cinco dias, findos os quais seria retirado compulsivamente. Antes do prazo, Jorge levou ao local material de construção a fim de construir uma residência provisória. Perante esta situação, o legítimo proprietário não mais fez senão retirar do mesmo o referido material.

Uma semana depois da discussão, o ex-herdeiro em companhia de homens armados dirigiu-se ao local e vedou o terreno. A vedação aconteceu na ausência do proprietário que de imediato participou o caso ao coordenador do bairro. O mesmo orientou que se retirasse o arame em volta do terreno e tudo que nele havia.

Com os intentos gorados, Jorge brigou com o opositor tendo sido derrotado. Como senão bastasse, depois de sair em debandada no segundo "round", de catana em punho, feriu a vítima e mais três membros da família. Tendo em conta a gravidade dos ferimentos, o mesmo foi evacuado para uma unidade hospitalar, onde acabou por morrer. O malogrado deixou oito órfãos, uma viúva e fazia da agricultura o sustento da família.

4.2 Roberto de Almeida toma conhecimento de esbulhos de terra e demolições

Independente... 24-12-05

O coordenador da organização SOS Habitat Acção Solidária, Luís Araújo, conseguiu o facto inédito de ter sido recebido pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida.

Luís Araújo e mais dois integrantes da SOS Habitat, organização que se tem destacado na luta contra os esbulhos de terra e demolições anárquicas de habitações de humildes angolanos, foram recebidos no início da semana naquela que é considerada a Casa das Leis.

A delegação da SOS Habitat transmitiu a Roberto de Almeida os incessantes atropelos à lei que se têm cometido em Angola, particularmente em Luanda, até por instituições do próprio Estado que deveriam dar o exemplo quanto ao cumprimento da Constituição angolana.

Roberto de Almeida já tinha certamente conhecimento de casos, cada vez mais frequentes, de esbulhos de terra e derrubes ilegais de casas, mas desta vez ficou directamente ao corrente dessas inconstitucionalidades pela voz de Luís Araújo e seus acompanhantes, que saíram da audiência esperançados de que tenham sido escutados.

A audiência teve lugar depois da mais recente denúncia da SOS Habitat de "Mais Um Acto de Subversão do Estado De Direito Democrático", que aconteceu no dia 16 do corrente mês. Naquele dia, segundo a organização, ocorreu "Mais Um Esbulho De Terra Possuída Por Camponeses Pobres, Na Comuna do Benfica, Município Da Samba, Província De Luanda".

A SOS Habitat relata que, "mais uma vez, sem antes se ter procedido à expropriação da terra conforme à lei, terras na posse de camponeses pobres foram arrebatadas", em violação do N.º 4 do Artigo 12º da Lei Constitucional. Nessa acção, "agentes da Polícia, servindo-se dos símbolos das armas e da autoridade do Estado, protegeram os esbulhadores".

Numa comunicação endereçada a este semanário, a SOS Habitat interroga: "até quando continuaremos a assistir, passivos, à fabricação da nossa cidade e da riqueza de particulares pelo esbulho?".

Mais adiante exorta no sentido de "os defensores dos direitos e liberdades inerentes à nossa condição humana e cidadã, se unam e levantem o verbo e o gesto pela libertação social, devemos todos, com urgência acabar com a impunidade dos violadores de direitos humanos na nossa terra"

4.3 Camponeses perdem as terras em nome de um hospital fantasma

Capital... 03-12-05

Um grupo de empresários e presumíveis responsáveis pela administração da comuna do Benfica são acusados de prejudicarem mais de 550 camponeses, de quem se apropriaram, indevidamente, das terras de cultivo em troca de apenas 70 dólares. Ou seja, um dinheiro que equivale a duas ou três refeições no máximo e que não se compara ao valor das lavras que era até então os

únicos meios de subsistência, mas que a força as máquinas trataram de riscar do mapa

Se Deus pudesse ouvir o suplicante pedido formulado pelos camponeses lesados, que é chamar à pedra os responsáveis pela destruição das suas lavras na zona do Bem-vindo, em Luanda, Antónia Ernesto, Maria João e Custódio José já estariam refeitos da dor que é perder as suas terras e ao mesmo tempo acabar espancado.

Desde o dia 28 de Setembro que a vida dessas três pessoas e demais 550 camponeses naquela zona tornou-se um verdadeiro inferno, perdeu o verdadeiro sentido. Lembram-se que foi nesta altura que uns homens chegaram com algumas máquinas e acompanhados de agentes da polícia fortemente armados. Chegaram pronto a destruir as terras que com muito sacrifício cultivaram, exigiram a retirada compulsiva daquela gente, para depois agredir todos quanto desafiaram a morte, aqueles que procuravam enfrentar as máquinas que, insensivelmente, derrubavam as plantações. A agitação dos camponeses demonstrava o espírito de salvaguarda do único meio de subsistência. Aliás, se a depender dos produtos do campo a sobrevivência já é difícil, o que seria agora que se aprestavam a perder as lavras e sobretudo sem qualquer indemnização?

O lavrador Manuel de Almeida considerou tal atitude de verdadeiro abuso à dignidade das pessoas que deram toda uma vida por aquelas terras. A cobiça já data de há longos anos, período em que o administrador comunal do Benfica, Joaquim Xangany, foi advertindo as pessoas para o efeito. Por seu turno, o coordenador do Bem-vindo, Domingos Faria, revelou que os supostos empresários exigiam a posse da zona norte do bairro, ao mesmo tempo que exibiam o esboço de um projecto, não se sabe traçado por quem, mas que visa 30 hectares de terra para a construção de um hospital internacional naquela área.

A CHAVE DO PROBLEMA

Inicialmente, levantaram-se algumas suspeitas, mas nem mesmo o clima de desconfiança impediu o início da primeira fase de trabalho tida como bastante conturbada pelos camponeses lesados. E não é em vão que o dizem, uma vez que as propostas de uma indemnização monetária em troca das lavras revelaram-se insatisfatórias.

A recompensa era tão insignificante sobretudo para aquelas pessoas que apenas dependiam da lavoura. É o caso, por exemplo, do camponês Maurício, de 59 anos, que vive da plantação de batata-doce, inhame, milho e repolho há mais de 20 anos, mas que vê todos os anos de dedicação àquela actividade «a ir por água abaixo».

Todo o seu sonho de uma época fértil terminou na última semana de Setembro do ano em curso, quando se viu obrigado a receber 17 mil Kwanzas como compensação pelos seus três hectares de terra cultivada. Como disse, não teve alternativa senão receber, forçadamente, o dinheiro que os empresários ofereceram. «Não tinha como defender-me», afirmou, o que para ele era como que uma autêntica humilhação. E a dor é ainda maior para quem perspectivava uma época de boas colheitas. «Isto é uma ofensa para todos, porque com este dinheiro ninguém consegue fazer outro negócio e mudar de vida», reclamou a camponesa Lourdes, 47 anos, o que não foge muito do lamento de outros entrevistados que se viram incapazes de conter o avanço das máquinas e os vorazes apetites dos homens de muito dinheiro. De acordo com o coordenador do bairro, Domingos Faria, este não é o primeiro caso que deixa os camponeses sem qualquer meio de subsistência, a julgar pelo elevado número de construções que se vêm registando em quase todo o perímetro da comuna do Benfica.

5 SERVIÇOS BÁSICOS

5.1 Mais água para Benguela em 2006

Angolense...17-12-05

Setembro de 2006 marcará, ao que tudo indica, o coroar de um trabalho realizado em dois anos. Benguela terá concluída a fase de produção do seu projecto de águas, até ao momento executado na ordem de 70 por cento.

Dividido em duas etapas; o processo visa atender a população de Benguela, Lobito, Cátumbela e Baía Farta até 2025. De acordo com o engenheiro Luiz Bueno, da Odebrecht - empresa responsável pelo projecto - a cifra será de mil litros de água por segundo. Explicou que a reabilitação das Estações de Tratamento de Benguela e Baía Farta, bem como a da Estação Elevatória deste último município constitui a principal referência. Em simultâneo, acrescentou, foi reabilitado o sistema de coloração do Chiule (Catumbela), além do centro de reserva ali existente. Luiz Bueno deu a conhecer que foi igualmente reperfilado o canal da açucareira que levará a água do rio Catumbela até à estação de bombeamento da água bruta. Com as obras nos referidos sistemas executadas em 90 por cento, aguarda-se apenas pelo aumento dos níveis de produção, em Setembro de 2006, notou o responsável.

Em relação ao novo sistema, destacou a Construção da Estação de Tratamento e duas de bombeamento, sendo uma para água bruta e outra para tratada. Foram implantados 35 Kms de condutas de ferro fundido para o transporte da água. Este trabalho, refira-se, foi realizado em Setembro de 2005, conforme noticiado pelo Angolense. Por outro, informou que o projecto emprega actualmente cerca de 1000 pessoas, entre as quais 900 angolanos, e conta com apoios de empresas como a Sonangol, Tecnosecil, Lupral e outras angolanas. O projecto consumiu já cerca de 70 dos 88 milhões de dólares previstos para esta fase.

Enquanto isso, a Odebrecht equaciona já aquilo que será a substituição das redes de distribuição, nas vilas da Baía Farta e da Catumbela, depois do Conselho de Ministros ter aprovado o projecto. São 52 milhões de dólares para a substituição das redes, em funcionamento há mais de 50 anos, e, desta forma, acabar com as constantes roturas que se verificam nos dias de hoje. Além disso, 22 milhões de dólares vão complementar a fase de produção.

ACABAR COM AS INUNDAÇÕES, A OUTRA BATALHA PARA 2006

Certamente que o caro leitor já algum dia ouviu falar dos embaraços causados pelas chuvas em Benguela. Mortes, destruição de casas, de bens e de campos agrícolas constituem o drama da população que sofre com as enxurradas. Para dar resposta a estas contrariedades, a Odebrecht trabalha na regularização dos rios Catumbela, Cavaco e Koporolo, este último no Dombe-Grande. O programa está avaliado em cerca de 39 milhões de dólares norte-americanos. O Eng. Luiz António Bueno garantiu ao Angolense que o triste cenário dos anos anteriores não voltará a acontecer. No rio Catumbela, serão construídos diques de protecção numa extensão de três Kms e para o Koporolo, o denominado rio das preocupações de sempre, numa extensão de 13. Os diques de protecção são obras revestidas de rocha, localizadas nas imediações das margens, que visam diminuir a intensidade das águas.

A Odebrecht vai também desassorear parte do rio Cubal, no município com a mesma designação, e, mais ainda, reabilitar um túnel ali existente.

5.2 Aprovados projectos para abastecer água à cidade de Benguela

Jornal de Angola...01-12-05

Uma adenda ao contrato para projectos e construção do sistema "de abastecimento integrado de água potável às cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta

foi ontem aprovada pelo Conselho de Ministros. A adenda aprovada, segundo um comunicado tornado público no termo da reunião do órgão colegial do Governo, é o prolongamento do contrato assinado em 23 de Outubro de 2003, pelo Ministério da Energia e Águas e pela construtora Norberto ODBRECHET, e a sua execução, cujo termo se prevê para o segundo semestre de 2006, irá beneficiar um universo de 1 milhão e 700 mil habitantes, através da rede de distribuição domiciliar e por fontenário. O Governo, na sua reunião de ontem, aprovou ainda o regulamento geral dos planos territoriais, urbanísticos e rurais como instrumento regulamentar das bases gerais do ordenamento do território e do urbanismo consagradas na Lei nº3/04 de 25 de Junho.

Este diploma tem por objectivo regulamentar a gestão do espaço territorial urbano e rural, bem como regular o quadro geral do sistema de planeamento territorial de modo integrado e coordenado com outras dimensões do território, designadamente o regime geral de defesa, ocupação e uso dos solos e demais instrumentos do ordenamento do território. O Conselho de Ministros aprovou ainda o decreto sobre videogramas e {a-nagramas e os respectivos modelos de etiquetas que devem ser apensos aos mesmos, com vista a incrementar o combate aos gestos de reprodução e comercialização ilegal de cassetes áudio, vídeo e de outros suportes de som e imagem efectuados em estúdios piratas.

O diploma tem por objectivo regular o exercício da actividade de edição, reprodução, distribuição, aluguer de videogramas, bem como a produção, fabrico, edição, comercialização, exportação e importação de fonogramas e videogramas.

5.3 Inaugurados cinco chafarizes na Maianga

Jornal de Angola... 24-12-05

Cinco chafarizes foram inaugurados ontem nos bairros Catambor e Margoso, no município da Maianga, em Luanda, pelo administrador Comunal Francisco Manuel Alexandre, no quadro do melhoramento do fornecimento de água potável à cidade capital.

Francisco Alexandre disse que a abertura destes chafarizes vai minimizar a carência de água nestes dois bairros, bem como estender a nova rede de distribuição de água do Alvalade, com 16 quilómetros de extensão e 957 ligações domiciliárias, trabalho realizado pela Odebrecht e a Empresa de Água de Luanda (EPAL). Segundo o administrador comunal, os chafarizes serão controlados pelas comissões de moradores, mas com a venda de um cartão da EPAL que dará direito a cada

portador do mesmo mil litros de água, numa contribuição de 35 Kwanzas por cartão.

Tratam-se dos chafarizes número dois, três e quatro das ruas José Maria Antunes, padre Manuel Ruela Pombo e Mulembeira, respectivamente, do bairro Catambor, bem como os chafarizes cinco e seis da rua do Dispensário anti-tuberculose e Lepra e do interior do bairro Margoso.

O município da Maianga possui uma população estimada em 830 mil habitantes, distribuídos por três comunas, nomeadamente Cassequel, Maianga (sede) e Rocha Pinto Prenda, sendo a comuna sede composta pelos bairros Alvalade, Militar, Margoso, Catambor e Maianga.

6 PAZ E CIDADANIA

6.1 Desarmamento de civis divide oposição e governo

Independente...24-12-05

A questão do desarmamento da população civil continua agitar as águas entre a oposição e governo da província. Em todas as reuniões do conselho de concertação social a oposição coloca a questão a mesa, por entender que deve ser prioridade do executivo, pelos Factos criminosos que se dão na província oriundos segundo a oposição do elevado número de armas de fogo em posse dos civis, e por constituir ameaça séria a segurança e a tranquilidade públicas, isto antevendo as eleições.

A Huíla tem sido palco de crimes diversos onde o uso de armas de fogo é a tônica da questão. Nos relatórios da polícia local os crimes onde o uso de armas é frequentes são os homicídios voluntários, saques isolados a viaturas nos diferentes troços do interior, e as incessantes batidas de roubo de gado nas quais, os meliantes usam armas de fogo com frequência. Portanto é com olhos nesta realidade que um grupo de partidos na oposição composto pelo POP-ANA, PRD e PLD manteve um encontro com a polícia nacional no início deste mês para saber as quantas anda o processo de desarmamento da população civil. A polícia informou que o processo decorre normalmente, e que naquela semana de Dezembro havia apreendido 12 armas de diversos calibres, algo que não convenceu cabalmente os partidos que saíram do encontro com muitas dúvidas, tudo porque segundo afirmam os relatos de crimes fundamentalmente no interior com

armas de fogo deixa-os preocupados. Entretanto os três partidos desenvolvem desde o dia 16 e por duas semanas uma campanha de sensibilização dos seus militantes para a entrega voluntária de armamento suas posses.

A campanha incide os municípios de Quiungo, Matala e a comuna do Hoque interior do Lubango. Para além deste objectivo os partidos desenrolar-se-ão em explicações aos seus militantes sobre o andamento do processo de preparação das eleições ao nível da província.

Recordo-lhe que devido aos numerosos crimes com uso de armas de fogo as chefias militares da 4ª, 5ª e 7ª regiões militares das FM e da Polícia das mesmas regiões estiveram reunidas no quartel-general da 5ª região militar no Lubango nos predilectos dias 26 e 27 de Agosto, numa reunião de cooperação onde concluiu-se que o porte de armas de fogo por parte dos civis, constitui uma ameaça a paz e a segurança nacional e que por isso urge-se a necessidade do desarmamento urgente. As chefias não apontaram datas e até hoje pouco ou nada se tem feito para se mudar o quadro.

No seu discurso de abertura, o comandante da Quinta Região Militar, general Apoio Pedro Felino Yakuvela deixou bem claro que a situação actual dos desmobilizados e a proliferação de armas de fogo estiveram na base dos ataques, que se deram nos troços Huambo-Benguela-Huíla, por isso alertou aos seus colegas da 4ª e 7ª regiões militares a redobramos esforços no combate a criminalidade e controlo da situação. O discurso da alta patente das forças armadas angolanas inscrevia linhas que exortam o combate cerrado ao crime, tendo mesmo o general caracterizado de preocupante a situação militar na zona centro e sul do país, marcada por acções inquietantes de bandoleirismo.

6.2 Care Internacional investe USD 1,7 milhão em projectos sócias

Jornal de Angola...07-12-05

Um milhão e setecentos dólares serão investidos" a partir de Janeiro de 2006, em três projectos sociais nas comunidades rurais da província do Bié pela ONG americana "Care Internacional".

Segundo um responsável da ONG, Eugénio Popma, a instituição vai desenvolver três programas, nomeadamente para tratar de assuntos ligados aos direitos humanos e à Lei de Terras, HIV/Sida e visando apoiar ex-militares das extintas FAPLA e UNITA. Acrescentou que o primeiro projecto está avaliado em USD 300 mil.

Valor igual será utilizado no projecto contra o HIV/Sida, enquanto que no de apoio aos ex-militares será empregue um milhão e 110 mil dólares. Fez saber que o programa de HIV/Sida ainda aguarda pelo financiamento de instituições estrangeiras. O projecto de apoio aos exmilitares é financiado pelo Banco Mundial e ligado aos direitos humanos e à Lei de Terras pela Embaixada da Holanda em Angola. A Care Internacional trabalha há dez anos na província e assiste a população de Chivaulo, Cassumbi (Andulo), Kwanza e Muiha (Kamacupa), Chipeta e Chiuca (Katabola), bem como Kangoti e Kutato (Chinguar).

A ONG possui 160 trabalhadores, entre os quais funcionários administrativos, monitores e activistas.

6.3 Levantamento sobre direitos humanos

RNA...17-12-05

O governo angolano vai questionar-se sobre o seu desempenho no cabal cumprimento dos tratados, pactos e convenções internacionais sobre direitos humanos que assinou.

Questionando diferentes sectores da sociedade como estamos neste capítulo, técnicos e especialistas de diferentes organismos nacionais e internacionais discutiram em Luanda o formato do questionário a aplicar no país, produzido pela comissão intersectorial para a elaboração dos relatórios dos tratados internacionais de direitos humanos em Angola. Salvador de Jesus, diplomata e membro da referida comissão, disse que serão formuladas mais de mil perguntas agrupadas por temas específicos, como educação, saúde, liberdade e dados estatísticos mais abrangentes.

O questionário será distribuído às 18 províncias, aos comités de direitos humanos provinciais para junto de cada município, de cada autoridade tradicional, com uma explicação simples para captar-se o máximo de informação possível sobre as diversas perguntas formuladas no questionário. Salvador de Jesus recordou que Angola é signatária dos pactos sobre direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais, as convenções sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e sobre os direitos da criança.

Será com base nas respostas que se vão obter das questões colocadas que o Estado se preparará para melhorar o seu desempenho no âmbito dos direitos humanos

6.4 Mais de 20 ONG operam ilegalmente

Jornal de Angola...01-12-05

A unidade Técnica de Coordenação da juda Humanitária (UTCAH) detectou 24 Organizações Não-Governamentais pertencentes à cidadãos de origem islâmica a exercer a actividade ilegal no país há três anos, na sua maioria, cidadãos senegaleses, gambianos, malianos e guineenses.

Deste número, algumas operam nos municípios do Cazenga, Viana e em outras localidades do país. Segundo a fonte, algumas das ONG construíram um orfanato onde têm consigo algumas crianças. Enquanto isso, nos últimos tempos, muitas crianças angolanas foram enviadas ao Mali através das referidas ONG ilegais. O dado foi revelado, ontem, em Luanda, pelo director geral da UTCAH, Pedro Calenga, que falava à imprensa após a cerimónia de abertura da "reunião com as ONG nacionais e internacionais.

"Pelo trabalho que nós fizemos constatamos que apesar destas organizações não serem autorizadas pelo Governo a exercer a actividade como tal, elas já estão a operar referiu. Pedro Calenga apelou por outro lado ao Governo no sentido de acompanhar o surgimento e desenvolvimento destas organizações devido às implicações que isto poderá constituir para o nosso país.

"Outras estão a construir escolas no município de Viana, bem como procedem ao ensino de língua árabe nos seus respectivos colégios privados sem a autorização do Ministério da Educação", afirmou. Pedro Calenga não deixou de recordar, que a maior parte destes cidadãos vieram a Angola com o propósito de exercer a actividade comercial. "Por isso, o desenvolvimento de outras actividades como estas julgamos que é algo que deve ser acautelado pelo Governo", salientou.

"Por outro lado, Pedro Calenga disse que uma Organização Não-Governamental também de origem islâmica está a construir uma grande mesquita no município do Cazenga. Segundo ele, a construção de mesquitas não é um trabalho de uma ONG, mas sim, seria uma obra de uma igreja.

"No meu entender, estas obras devem ser autorizadas pelos sectores competentes do Governo, nomeadamente, das Obras Públicas, da Cultura e da Educação", realçou.

6.5 Defendido programa de educação cívica eleitoral

Jornal de Angola...02-12-05

LÍDERES de organizações da sociedade civil angolana vão levar a cabo nos próximos tempos uma campanha nacional de educação cívica das populações para as eleições gerais.

Os mesmos pretendem padronizar o processo de educação cívica para as eleições. Para o efeito, realizam hoje, dia 2 de Dezembro, um encontro de concertação com outros líderes associativo sobre a participação das organizações da sociedade civil no processo eleitoral.

Em conferência de imprensa, realizada recentemente, os líderes pertencentes a uma plataforma composta por organizações como a Rede Mayombe, Federação de Associação de Defesa do Consumidor, ANASO (Rede de Organizações de Luta contra a Sida), Rede Mulher, Federação das Associações Municipais de Luanda (FAMUL), Grémio Juvenil, Grupo Juvenil Espontâneo, apresentaram a campanha de educação cívica às populações com idade para o voto. Esteves Machado, coordenador do encontro de concertação com outros líderes associativo sobre a participação das organizações da sociedade civil no processo eleitoral, afirmou que pretendem contribuir para o processo de preparação das eleições por entenderem que o êxito na organização deste processo não depende exclusivamente do Governo e órgãos afins.

"E nosso entendimento enquanto líderes associativos que um dos aspectos fundamentais para o êxito das eleições gerais no país reside no processo de educação cívica e mobilização para o registo eleitoral, daí a necessidade de educarmos a população para de forma informada, educada e consciente participarem do processo eleitoral", referiu.

Quanto a intenção de congregação de mais organizações da sociedade civil no processo de educação das populações, Esteves Machado justifica pela necessidade de uniformizar o processo entre as diferentes organizações. "Vamos auscultar os diferentes pontos de vistas e contribuições que permitirão apresentar, ao nosso nível, a forma como devemos contribuir para o processo eleitoral de 2006", disse. O objectivo do encontro é lograr maior participação dos líderes associativo no processo eleitoral, contribuir na elevação do número da população votante e emprestar de forma organizada contribuições relevantes ao processo eleitoral. Participaram ao encontro de ontem, quinta-feira, 1, líderes associativo e entidades eclesiástica. A intenção foi congregar líderes dos diferentes segmentos da sociedade civil, harmonizar o

processo eleitoral, criar um amplo movimento de educação cívico de apoio às eleições.

7 CARTOON



2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.